



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 060

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 060

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 08

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 12

Discussão/Votação

Redação Final 13

3ª Discussão 13

1ª Discussão 14

Requerimentos 15

Encerramento da Sessão 15

Publicações:

Atas de Comissões

Segurança Pública 15

Saúde Pública 16

Constituição e Justiça 16

DIÁRIO Nº 060

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

02 DE JUNHO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner,

Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Artagão Júnior, Durval Amaral, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Reni Pereira e Valdir Rossoni (13).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Douglas Fabrício (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº 23-P/MC do Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que julgo parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão “no Brasil”, contida no artigo 2º da Lei nº 13519, de 08/04/02, deste estado, vencidos, em parte, o Sr. Ministro Joaquim Barbosa, que também declarava a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 1º da referida lei, e o Sr. Ministro Marco Aurélio, que a julgava totalmente improcedente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1085/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que o Sr. Vice-Governador Orlando Pessuti não assumiu o Governo do Estado em virtude de licença para tratamento clínico, conforme atestado médico apresentado a esta Casa Legislativa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1043/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que solicita esclarecimentos sobre o passivo judicial do estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1092/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre a situação da Usina Mourão I no município de Campo Mourão. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1084/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre o faturamento da SANE-PAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 313/08-GP do Sr. J. Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata das delimitações territoriais do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, em conformidade com o artigo 242 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa,

REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 220/08, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro na comarca de São Jerônimo da Serra, por existir a Lei nº 12055, de 09/02/98.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Antonio Firakowski, ex-Juiz de Direito da comarca de União da Vitória.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de maio último, aos 94 anos de idade faleceu nesta capital o Dr. Antonio Firakowski, deixando cinco filhos, 12 netos e 14 bisnetos. Era formado em Direito, professor dos seminaristas, advogado de mitra diocesana de Curitiba por muitos anos. Em toda a sua vida sempre manteve contato com a religião católica. Atuou como Juiz de Direito na comarca de União da Vitória por treze anos, onde era estimado por toda a população daquela região. Aposentando-se, transferiu-se para Curitiba onde montou um escritório de advocacia para atendimento exclusivo aos menos privilegiados, trabalhando para eles até o último dia de sua vida.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite pois, dileto amigo Antonio Firakowski, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Firakowski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da empresária clevelandense Sra. Noêmia Aurinea Luersen Guimarães, ocorrido dia 27/05/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 27 de maio a empresária clevelandense Sra. Noêmia Aurinea Luersen Guimarães com 48 anos de idade. Era filha do Sr. Lauro Luersen e de Dona Odete Luersen. Deixou viúvo o Sr. Ernesto Guimarães e os filhos Paulo Roberto e Ana Paula.

Seu passamento veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Noêmia Aurinea Luersen Guimarães.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e a sua labuta diária.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Noêmia, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Sra. Soraya Garcia, que mantém coluna semanal no jornal Impacto. Sempre com novidades, a coluna tornou-se importante instrumento de utilidade pública para a população londrinense. Soraya Garcia é uma mulher inteligente, vítima de dura perseguição dos atuais detentores do poder em Londrina, aos quais, em passado não muito distante, ela serviu com lealdade, sem que seu valor fosse valorizado pelos vencedores das últimas eleições municipais. Tentaram, sem sucesso, destruí-la por ter tornado público o uso de Caixa 2 no pleito municipal de 2004. Felizmente, com muita garra, sobreviveu às investidas dos poderosos e é hoje uma das colunistas mais respeitadas do norte do Paraná. Sabendo, como ninguém, aproveitar, com inteligência e pulso firme o espaço democrático que o jornalista Luiz Fernando Fedeger lhe abriu no jornal Impacto.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Sra. Soraya Garcia, com votos de pleno sucesso.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, que seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à professora Aparecida Vaz Primo, pelo lançamento do livro Vocabulário Ativo, livro que ensina a usar melhor as palavras de nosso idioma português.

A autora, dotada de alto preparo intelectual, presta grande contribuição à cultura de nosso país, pois o livro ensina, de maneira prática, simples e objetiva, como aplicar corretamente as palavras de nosso idioma, considerando um dos mais difíceis do planeta.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à professora Aparecida Vaz Primo, com a gratidão de todos os paranaenses pela bela obra, com votos de muito sucesso.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município da Lapa pela comemoração, no próximo dia 13/06/08, de seus 239 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Lourenço Horning Batista, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Mansur de Jesus Daou, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população da Lapa.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do município da Lapa, com alegria, estará comemorando seus 239 anos, no próximo dia 13 de junho do corrente ano, e, temos certeza, com grandes festividades. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores bem como todos aqueles que sempre têm colaborado para o engrandecimento do município.

A vida, como nos ensinou Jesus Cristo, é para ser cumprida com denodo, altivez, justiça e integridade. Aquele que voluntariamente se inscreve nos preceitos divinos, dificilmente resvala na indignidade. O código público nos indica a decência e a honradez. É isto que devemos perseguir.

O compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento da cidade, o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Nesta significativa data comemorativa aos 239 anos do município da Lapa, queremos, através desta proposição, nos associar às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral.

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Lidianópolis, pela passagem, no próximo dia 05/06/08, de seus 18 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Marcos Eusébio Dias Sobreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Luiz Carlos da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejando compartilhar da alegria de toda a população de Lidianópolis, na significativa data comemorativa aos seus 18 anos de emancipação política, parabenizamos a todos com votos de muito sucesso.

O município é a célula da nação. É onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem-estar.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais tornando o Regimento Interno mais claro e mais transparente o trâmite das matérias dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

O Legislativo Municipal tem sido e deve continuar a ser o estuário natural das aspirações municipais e o foro privilegiado dos debates não somente dos grandes desafios, mas também das reconhecidas carências do seu município. Portanto, mais do que nunca, é imperiosa uma agenda que crie um ambiente propício ao desenvolvimento, ao crescimento da renda, de empregos e a redução dos precipícios sociais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso dos 18 anos da emancipação política de Lidianópolis.

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Governador do Estado, através da APPA, conforme segue abaixo:

1. Quais são os sistemas de informatização utilizados pelo Porto de Paranaguá?

2. Em relação ao Painel Sinótico - Controlador dos ship loads, enviar as informações técnicas do referido equipamento.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 240/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a estadualizar a rodovia que liga a sede do município de São Miguel do Iguaçu à sede distrito de São Jorge.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem como objeto a integração do trecho rodoviário em questão à malha rodoviária do estado do Paraná.

Trata-se de rodovia construída pelo próprio Governo do Estado do Paraná, sendo repassada à tutela do município de São Miguel do Iguaçu logo que concluída. A estrada que liga a sede do município, ao distrito de São Jorge tem uma extensão de aproximadamente 6 quilômetros.

Cabe ressaltar que a estadualização pretendida se dá em função da impossibilidade de o município arcar com as despesas de manutenção, conservação e fiscalização da via, tornando-se, então, necessária a transferência de sua tutela ao estado.

Assim sendo, na busca ao atendimento do interesse público é que se apresenta tal proposição, fato que faz jus ao apoio dos nobres Parlamentares em busca da sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 241/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a estadualizar a rodovia que liga a sede do município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu, trecho que segue da rodovia BR-277 até a sede do referido distrito.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem como objeto a integração do trecho rodoviário em questão à malha rodoviária do estado do Paraná.

Trata-se de rodovia construída pelo próprio Governo do Estado do Paraná, sendo repassada à tutela do município de São Miguel do Iguaçu logo que concluída.

A estrada que liga a sede do município à sede do distrito de Aurora do Iguaçu tem uma extensão de aproximadamente 6,5 quilômetros, trecho que segue da BR-277 até a sede do referido distrito.

Cabe ressaltar que a estadualização pretendida se dá em função da impossibilidade de o município arcar com as despesas de manutenção, conservação e fiscalização da via, tornando-se, então, necessária a transferência de sua tutela ao estado.

Assim sendo, na busca ao atendimento do interesse público é que se apresenta tal proposição, fato que faz jus ao apoio dos nobres Parlamentares em busca da sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 242/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, com sede e foro no município de Curitiba.

Esta associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de, entre outras coisas: representar e defender seus associados judicial e extra judicialmente na defesa de seus direitos, atuando como substituta processual dos mesmos, de acordo com a lei; cadastrar, estudar, acompanhar, defender e controlar a aplicação dos direitos dos policiais militares e seus pensionistas nas suas relações com o estado e a sociedade em geral; enfim, desenvolver e divulgar entre seus membros uma doutrina de sentimento fraterno e respeito mútuo, sem nunca deixar de lutar pelo bem-estar de seus associados em face da sociedade e do estado.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 243/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Considerando que é função da Administração Pública garantir a qualidade dos ambientes coletivos, protegendo a saúde dos cidadãos;

Considerando os malefícios à saúde advindos do fumo passivo;

Art. 1º É expressamente proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro fumívomo, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado, em todo estado do Paraná.

§ 1º Entende-se por recinto coletivo fechado todos os recintos destinados à utilização simultânea de várias pessoas, cercados ou de qualquer forma delimitados por teto e paredes, divisórias ou qualquer outra barreira física, vazadas ou não, com ou sem janelas, mesmo abertas, incluindo-se saguões, halls, antecâmaras, vestíbulos, escadas, rampas, corredores e similares, e praças de alimentação.

§ 2º Nos recintos discriminados no artigo anterior, é obrigatória a afixação de avisos indicativos da proibição e das sanções aplicáveis, em locais de ampla visibilidade.

Art. 2º Consideram-se infratores para os efeitos deste decreto não só os fumantes mas também as pessoas naturais ou jurídicas responsáveis pelos recintos nele compreendidos, nos limites da responsabilidade que lhe possa ser atribuída.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei sujeita o usuário de produtos fumígenos à advertência e, em caso de recalcitrância, sua retirada do recinto por responsável pelo mesmo, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.

Art. 4º Excluem-se da proibição determinada no artigo 1º os ambientes ao ar livre, varandas, terraços e similares.

Art. 5º Nas varandas, terraços e similares, onde for permitido o uso de produtos fumígenos, não poderá existir qualquer tipo de comunicação com o recinto coletivo fechado.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às sanções definidas na Lei Federal nº 6437, de 20/08/77, e demais legislações pertinentes.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Proibição do fumo em lugares públicos diminui vício entre adolescentes, diz estudo.

Os jovens que moram em cidades onde é proibido fumar em lugares públicos, principalmente nos restaurantes, têm menos chance de se tornarem fumantes regulares, de acordo com estudo divulgado na edição de maio da revista americana Archives of Pediatrics.

Os adolescentes entre 12 e 17 anos que crescem em um ambiente público para não-fumantes têm chances de fumar claramente inferiores às daqueles que vivem nos centros urbanos onde a legislação é mais permissiva, explica o Dr. Michael Siegel, da Boston University of Public Health, responsável pelo estudo.

Na pesquisa, 9,3% dos adolescentes entre 12 e 17 anos se tornaram fumantes, independentemente da legislação relativa ao cigarro. Nas cidades onde a proibição de fumar é parcial, ou inexistente, essa proporção varia de 9,6% a 9,8%, enquanto que, nas cidades onde ela é total, a variação não passa de 7,9%.

“As políticas que proíbem, estritamente, fumar nos lugares públicos parecem ser o meio mais eficaz para lutar contra o tabagismo dos jovens”, defendem os pesquisadores.

Esse dispositivo antitabaco: “Altera a percepção segundo a qual os fumantes são dominantes na sociedade e questiona a aceitação social dessa prática. Ou seja, a passagem da iniciação ao cigarro para a dependência se explica, essencialmente, pelas normas sociais veiculadas”, afirma Michael Siegel.

Em contrapartida, a proibição de fumar nos lugares públicos não tem efeito sobre a decisão, ou não, de acender o primeiro cigarro, uma escolha influenciada, sobretudo, pelo entorno dos jovens, acrescenta o responsável pelo estudo. No caso dos jovens entre 18 e 21 anos, essa proibição é ineficaz.

“Há um certo período durante o qual é possível influenciar o comportamento dos jovens (...) mas, depois de uma certa idade, é tarde demais”, explica o pesquisador.

O estudo foi realizado com 3.834 jovens de Massachusetts (nordeste dos EUA), durante três séries de encontros entre 2001 e 2006.

PROJETO DE LEI Nº 244/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 7617 de 21/06/82, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Irmãs Franciscanas do Coração de Jesus, com sede e foro em Curitiba, mantenedora das filiais em Rolândia e Jaguapitã.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como finalidade específica alterar a denominação da entidade mantenedora, bem como de suas filiais em Rolândia e Jaguapitã, permanecendo todas atuando ativamente no meio em que se propõem.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 245/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA, com sede e foro no município de Umuarama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo atender pessoas dependentes químicos pelo uso indevido do álcool e outras drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 246/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social de Paulo Frontin, com sede no município de Paulo Frontin e foro na comarca de Mallet.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/06/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social de Paulo Frontin, entidade fundada em 05/08/91, tem por finalidade promover a valorização da pessoa humana, por intermédio de ações, tais como o atendimento da criança carente, das gestantes, idosos e deficientes. Visa ainda a organização do programa do voluntariado, buscando a melhoria dos serviços prestados em prol das entidades sociais da comunidade em que está inserido, bem como, promover o desenvolvimento social, melhorando a condição da população carente, contribuindo, sobretudo, para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 81.650.095/0001-90, que pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enio Verri.

O SR. ENIO VERRI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Deputado Enio Verri se apresentando para reassumir a sua cadeira, representando os colegas Deputados e Deputadas para contribuir para o debate deste Parlamento para o bem do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, Deputado Enio Verri, e assume a sua cadeira, que é muito bem-vindo à Casa. Esta presidência, antes de passar ao Pequeno Expediente, deseja também agradecer ao Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Assembléia, que durante esta semana que passou presidiu a Casa em virtude do meu licenciamento.

Passa-se, portanto, ao Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para falar de um assunto que reconheço, tenho grande vontade de ver resolvido, e que cada vez que eu penso que teremos o encaminhamento favorável ao interesse do usuário, percebo que ao invés de melhorar, pode até ficar pior.

Queria inclusive saudar aqui o nosso ex-Secretário do Planejamento, Enio Verri, que estréia o seu mandato depois de ter exercido tão brilhantemente a Secretaria do Planejamento do nosso Governo. Mas fico me perguntando, porque ontem cheguei do interior, Deputado Welter, e quando eu vejo a matéria de capa do jornal Gazeta do Povo, é uma matéria sobre o pedágio no Paraná. O que eu esperava da Gazeta do Povo? É que a Gazeta do povo pudesse fazer uma análise, uma leitura sobre 10 anos da cobrança do pedágio no Paraná, aonde, Deputado Elio Rusch, V. Exa. sabe, as concessionárias já arrecadaram em valores atualizados mais de R\$ 6 bilhões. E quem conhece a construção de rodovia sabe, o quilômetro de rodovia novo, zero quilômetro, custa

em média R\$ 1 milhão. Logo, são 2 mil e 500 quilômetros de rodovia, 2 bilhões e 500 milhões, multiplicado por dois, 5 bilhões. Já arrecadaram 6 bilhões. E aí o interessante que você vai verificar é que eles estão reclamando. O que eles estão falando: “Olha, o nosso lucro está muito pequeno. O contrato que fizemos com o Governo do Paraná foi um contrato que previu uma taxa interna de retorno de 22, 23, 24% no nosso contrato. E só estamos conseguindo ter um lucro de 17 a 19% em relação ao nosso contrato.” E o interessante é que a lide da matéria é o protesto dos empresários, donos das concessionárias alegando pouco lucro.

Qual foi o grande diferencial feito pelo Governo Federal - a taxa interna de retorno era de 8%, três vezes mais barata que o pedágio paranaense. No leilão lícito as empresas deram desconto de até 60% nessa taxa interna de retorno de 8%. Vejam o tamanho da gordura que tem o lucro das empresas paranaenses. Surpreendo-me quando um veículo de comunicação como a Gazeta do Povo faz uma matéria em defesa ainda mais do lucro dessas empresas. O sonho deles é ter uma prorrogação. Além dos 14 que faltam, mais oito anos. V. Exas. sabem, eles queriam ser vitalícios, ser donos das rodovias do estado do Paraná. Eles querem aumentar o preço das tarifas ainda mais, porque dizem que estão tendo prejuízo.

Fiz perguntas aqui ao representante da BCE, Sr. João Chiminazzo, que é o “porta-desaforo”, não por desrespeito, mas porque ele é sempre o arauto das más notícias, em nome das concessionárias de pedágio.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Sempre fui muito atento a esse assunto, principalmente os valores.

Semana passada percorri uma grande região nas rodovias de São Paulo. Por lá passei por poucos pedágios, não mais do que dois, mas a R\$ 4,20, R\$ 4,70. Quando entrei no Paraná, para minha surpresa, R\$ 10,20 e no seguinte 11 e pouco. Isso mostra o abuso dos valores cobrados pelas concessionárias ao povo que transita. Não é só o povo paranaense. Vai dilapidando essa economia do Paraná que vai para o bolso de poucos. Vejo todo mundo querendo resolver o pedágio do Paraná. Pergunto: o que fazer?

V. Exa. é Líder do Governo, tem aqui outros parceiros que brigam por essa causa. Não aceitamos mais esse abuso. Daqui a pouco vence a concessão e vão nos empulhar de novo, se não nos organizarmos e tomarmos uma posição verdadeira, firme, que possa conter esse braço grande das concessionárias.

Parabéns, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Gostaria também de dar as boas-vindas ao Deputado Enio Verri, que nos brinda hoje em seu primeiro dia. Tenho certeza que virá para cá com a mesma competência que foi como Secretário das Finanças de Maringá. Conheci-o quando era prefeito de Cascavel, trocamos muitas idéias a respeito de como administrar melhor para o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito bem, Deputado Edgar Bueno, agradeço o aparte.

Quero dar uma notícia boa a V. Exa. Esse pedágio de Jacarezinho, que foi colocado ilegalmente - e quem está dizendo que foi colocado ilegalmente não é o Romanelli, quem está dizendo foi, em 1ª instância, o Juiz Federal Mauro Spalding, numa ação civil pública, fruto que foi de uma representação feita pelo Ministério Público Federal, objeto de uma ampla mobilização da APP-Sindicato de Jacarezinho, que é coordenada pela professora Ana Lúcia Bacon, que criou um movimento pelo fim do pedágio. Esse pedágio de Jacarezinho, Deputado Edgar Bueno, foi confirmado, agora, semana passada, por decisão em Porto Alegre, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por 2 x 1, vai fechar o pedágio. Claro que os advogados, que são muito bem pagos pelas concessionárias de pedágio, com o dinheiro do usuário, vão a Brasília tentar manter a praça aberta. Mas, a previsão é de que quarta ou quinta-feira aquela praça de pedágio que o senhor passou e pagou um valor absurdo, vai estar fechada.

O senhor viu que ficou como uma ratoeira, ou seja, ratoeira no sentido de pegar tudo mundo. Ninguém tem como escapar daquele pedágio que está estrangulando a economia da nossa região, do norte pioneiro. Tanto aquele pedágio que custa R\$ 10,50 como o pedágio de Jataizinho que custa também R\$ 10,40 - desculpa - R\$ 10,50. É que tem tanta gente furando aquele pedágio de Jataizinho que já esqueci qual é o preço dele. As pessoas da região que furam o pedágio lá escolheram o caminho de furar o pedágio. É delas o direito de escolha. Os estudantes, agricultores, trabalhadores estão furando o pedágio. Temos que reconhecer que essa suspensão da cobrança do pedágio de Jacarezinho vai fazer com que a Econorte sente e rediscuta os trechos que estão sob sua concessão. São quatro pedágios que ela tem como proprietária.

A verdade é a seguinte: o apoio da opinião pública é importante. Vejo aqui um editorial do próprio jornal Tribunal do Vale, que manifesta seu apoio ao fechamento dessa praça de pedágio. O interessante é o seguinte: não consigo entender como um veículo de comunicação como o jornal Gazeta do Povo possa fazer uma matéria para defender o aumento do lucro das concessionárias de rodovias do estado do Paraná. Sinceramente, entendo que temos que nos mobilizar, cobrar da Justiça Federal e, além das ações judiciais, cobrar a mobilização que a sociedade civil organizada tem que fazer, além desta Assembleia Legislativa. Está na hora de acabar com isso.

Não é possível verificarmos a desfaçatez. Fiz perguntas, aqui, que estão sem resposta pela ABCR. Perguntei, por exemplo, quais foram as justificativas para que as concessionárias aumentassem a TIR - Taxa Interna de Retorno, quando assinaram os termos aditivos de 2000 e 2002. Quando houve a licitação do Governo Federal, as concessionárias vieram a público dizer que queriam reduzir o preço da tarifa do pedágio no Paraná e, ao contrário, aumentaram o preço da tarifa e querem aumentar ainda mais. Por que não reduzem? Qual é a explicação para a variação do custo de construção do

contorno de Mandaguari, tendo em vista que na proposta comercial era previsto 25 milhões? No termo aditivo de 2000 e 2002 passou para 11 milhões e, atualmente, pediu que fossem 32 milhões. Olha, na verdade, são 12 perguntas. Não vou ler todas porque já as li.

Enquanto o pedágio do Governo Federal tem uma Taxa Interna de Retorno de 8,95 e ainda teve um desconto de 65%, como é possível trabalhar com uma taxa interna de retorno de 23, 24%, ainda dizendo que só estão conseguindo receber de 17 a 19%? Ainda dizendo que nos balanços financeiros, até o momento, as empresas têm um saldo negativo de uns 10 anos de operação? Só o pedágio de Jacarezinho, o Juiz Federal Mauro constatou, em 2006, qual era a média de arrecadação daquela praça de pedágio. Mais de R\$ 5 milhões por mês. A praça de Arapongas, sabem quanto que ela arrecada por dia? Cento e cinquenta mil reais. É um mar de dinheiro, à vista, que entra todo dia. Dinheiro sagrado que sai do caminhoneiro, do transportador, do vendedor, do estudante, daquele que tem que utilizar, que passa às vezes, duas, três, quatro vezes pelo pedágio. A sociedade paranaense está esgotada em relação ao pedágio. Quando vejo matérias que, ao invés de defender uma redução do preço, querem aumentar o preço, fico indignado.

Desculpe-me o jornal Gazeta do Povo, que tenho o maior respeito. Nunca ataco nenhum veículo de comunicação, mesmo quando tenho divergência. Esse foi um momento de mau jornalismo, de defender ainda mais o aumento dizendo que o lucro é pequeno. Espero que a Gazeta do Povo possa fazer uma matéria diferente, consultando os especialistas de verdade, tanto da Economia quanto do Direito, verificar o quanto a mais eles já arrecadaram, fazer uma conciliação dessas contas, do que investiram.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Acredito que em função desses contratos tão bem amarrados e o Judiciário não ter sido sensível ao apelo que foi feito nas várias ações, apenas quando entrar em vigor a cobrança das tarifas desse novo modelo de concessão, que foi feito recentemente, em que o grupo espanhol ganhou, a sociedade tem que se revoltar mesmo, se mobilizando para conseguirmos convencer o Judiciário, ou que algum Desembargador resolva relatar um fato que é um verdadeiro assalto, o que ocorre nesse modelo de pedágio, que é um custo extraordinário.

Nós que moramos no oeste do Paraná, Deputado Romanelli, fiz a conta para quem carrega calcário em Paranaguá ou nessa microrregião no Vale da Ribeira, Colombo, se for pagar em calcário chega lá com a carreta vazia, infelizmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É verdade isso.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ainda há pouco conversava com a professora Rose, que é do Fórum contra o Pedágio do Estado do

Paraná, que é um movimento suprapartidário. Uma das constatações é que as atividades comerciais de sinais, que estão ao longo da rodovia. V. Exas. sabem que praticamente acabaram, porque eles se tornaram donos de 90 metros ao longo do eixo da rodovia. Eles têm a capacidade de definir o que podem ou o que não podem ser o uso dessas atividades.

Eu, Deputado Marcelo Rangel, vejo a nossa querida Ponta Grossa cercada também de pedágios por todos os lados. Ponta Grossa quase que é um entroncamento dos pedágios. É uma vergonha! Porque essa rodovia para Ponta Grossa estava pronta, duplicada, estava com uma boa manutenção. Foi uma obra de um paranaense, o ex-Senador e hoje Deputado Federal Afonso Camargo, quando Ministro dos Transportes, que garantiu a duplicação dessa rodovia, como fez o ex-Governador Álvaro Dias, hoje Senador da República, que avançou muito na duplicação até Castro e depois seguindo à frente.

As obras estão paralisadas. Basta ver que o Ministério Público Federal ainda agora, recentemente, teve que fazer um acordo judicial com a Rodonorte, porque ela não faz a manutenção que tem que fazer na Rodovia do Café. Tem trechos dessa rodovia que ainda não tem acostamento e nem terceira faixa. Uma rodovia que sabemos ser crucial na ligação norte e sul do nosso estado.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o pedágio triplicou de preço, desde o início quando ele foi criado. E vai subir ainda mais porque esse é o desejo dos donos do pedágio. E ou nos mobilizamos e nos defendemos ou de fato eles vão conseguir tendo ganhos de causa. Por isso fiquei muito feliz quando vi a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre. Pela primeira vez deu uma decisão a favor do povo paranaense, para poder fechar o pedágio de Jacarezinho. Deus queira que se possa, em Brasília, não se modificar esta semana ainda essa decisão. Que o Superior Tribunal de Justiça acate a decisão soberana do Tribunal de Porto Alegre, para que possamos, a partir desse precedente, fazer com que todas as outras ações e decisões, como a decisão que já foi tomada pelo Juiz em relação ao pedágio da Lapa, que padece do mesmo mal, da mesma ilegalidade do pedágio de Jacarezinho, porque ele foi um aditivo contrário ao que estava previsto no edital de licitação. É tão ilegal esse pedágio da Lapa quanto o de Jacarezinho que incorporou aquele trecho da BR-153.

Por isso que temos que lutar. Deputado Cheida, hoje ainda falava com o nosso amigo Prefeito de Rancho Alegre, Dalvo Lucio Moreira. Temos que construir uma alternativa que é aquela ligação que vai de Uraí a Jataizinho. São 18 quilômetros de rodovia estadual que tem que ser pavimentada. Estou requerendo que possamos construir e fazer uma alternativa ao pedágio de Jataizinho. Sairemos depois do pedágio numa rodovia que já existe, que não há como questioná-la. Da mesma forma como quer fazer o Prefeito Michel Bomtempo, de Assaí, que quer também colocar uma balsa e já conversou com o Prefeito Nedson Micheleti, porque quer atravessar o rio

Tibagi através de uma balsa e desviar daquele pedágio. E toda essa região que vem de São Sebastião da Amoreira, São Jerônimo da Serra, Congoinhas - para toda essa região também é uma forma de escapar do pedágio. Seria a chamada balsa da liberdade. Temos que construir essas alternativas porque os donos do pedágio vieram para ficar. Tornaram-se donos das rodovias, daqui não querem sair. Não aceitam e não respeitam nem as decisões judiciais quanto mais, é claro, que essa Assembléia possa votar projetos, deliberar. Porque imediatamente entram na Justiça, derrubam as leis que a Assembléia fez democraticamente como se o contrato fosse sagrado, como se estivesse acima do bem e do mal. E na verdade, sabemos que as cláusulas executáveis do contrato podem e devem ser questionadas. Arrecadaram mais de R\$ 6 bilhões e investiram muito pouco, menos de 20% disso, que foram efetivamente investidos nas rodovias do estado do Paraná. E o dinheiro do povo paranaense é um dinheiro sagrado.

Por último, Sr. Presidente, quero apenas concluir dizendo o seguinte: que hoje consultei um dos dois advogados que são nossos amigos e a Justiça Eleitoral tomou uma decisão aqui em Curitiba que penso que todos que acreditam na democracia e que lutaram pelas liberdades públicas, têm que reagir a uma decisão tomada por um Juiz Eleitoral que respeito, mas vou recorrer.

Entendo que a Boca Maldita é um palco inesquecível das grandes manifestações públicas. A Boca Maldita de Curitiba, inegavelmente, é um espaço da democracia e da liberdade mesmo durante a ditadura. Ela tomou esse nome porque ali chegavam documentos, informações de toda ordem, que questionavam. E não pode a Boca Maldita, por uma decisão de um Juiz Eleitoral, deixar de ser de novo o palco das grandes manifestações e da participação de todos os partidos, de todos os candidatos naquele espaço democrático. Por isso que além dele, outros espaços têm que ser mais bem analisados, são patrimônios históricos e culturais da cidade, mas espaços como da Boca Maldita não podem estar sujeitos a uma censura prévia de como vai ser utilizado para uma manifestação pública daqueles que vão estar disputando as eleições. Eu não vou estar disputando eleições, mas entendo que temos que tomar medidas judiciais e aí, certamente, é um recurso que deve ser cabível ao Tribunal Regional Eleitoral, que possa reformar a decisão e ainda mesmo, se for o caso, que o Juiz Benjamim Acácio de Moura e Costa, da 78ª Zona Eleitoral, ele poderá, de próprio punho, eventualmente, reavaliar a portaria que determinou a proibição da utilização da Boca Maldita como um espaço de manifestação pública de todos aqueles que querem participar desse processo eleitoral. Além dela, claro, tem uma série de outros pontos e eu, pessoalmente, me inclino a dizer que não pode, naquele palco que foi da manifestação do maior comício que esta cidade já viu, em 1984, no dia 12 de janeiro, quando fizemos o comício das Diretas Já. Não podemos aceitar esta proibição que, seguramente, afasta o povo e a campanha desse grande logradouro público de manifestação.

No mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos nos mobilizar e acreditar que é possível, sim, lutar contra um pedágio que já triplicou e que ainda quer subir mais de preço, fazer com que essas concessionárias, de fato, possam reduzir o preço dessa tarifa, pelo menos para um terço do que custa hoje, que daí seria um preço, talvez, próximo do preço correto. Mas temos que lutar para isto e quando, a partir de setembro, começar a ser cobrado o pedágio do Governo Federal, o lícito pedágio do Governo Federal, certamente o povo vai fazer justiça, porque eles não continuarão mais, não conseguirão mais continuar cobrando essa tarifa abusiva e com essa desfaçatez de vir junto à opinião pública dizer que o preço deles ainda tem que subir mais.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Marcelo Rangel**)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PSDB, PMDB, PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV, Partido Democratas.

(Declinam)

PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Marcelo Rangel, parabéns por assumir a presidência dos trabalhos; Deputado Jonas, Deputado Enio Verri, que já chegou ocupando alto cargo, o homem é quente mesmo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Presidente Marcelo Rangel, lamentavelmente na Sessão de hoje, novamente, poucos Deputados presentes. Tenho a impressão que tem Deputado que está confundindo, achando que já começou o recesso, confundiu achando que o recesso é em junho e não julho, porque pelo amor de Deus, não tivemos Sessão quinta, sexta, sábado e domingo, hoje é segunda e de novo a presença de poucos Parlamentares nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui dar o apoio aos professores e professoras da escola, do Colégio Estadual Professora Obedúlia Correia de Oliveira, de Londrina. Eles estão pedindo aqui, a todos nós Parlamentares e às autoridades do Governo Estadual, a equiparação salarial com os demais servidores públicos de nível superior. E têm razão. Tem que ter essa equiparação. Estão pedindo aposentadoria especial, com direitos iguais para Diretores e pedagogos, visto que todos são educadores e que todos convivem com a mesma problemática dentro de uma sala de aula, estão pedindo a implementação de uma carga horária de 40 horas. É aquela história, reduzir a carga horária em todos os níveis vai acabar dando mais empregos em todos os segmentos e atividades no nosso Brasil. O que mais pedem

professores e professoras do Colégio Obedúlia? Revisão dos critérios de avanço e elevação de nível valorizando os cursos de mestrado e doutorado, não só o PPE.

Então, nosso apoio a estes professores e professoras do Colégio Estadual Professora Obedúlia Correia de Oliveira, de Londrina, e a todos os demais mestres que educam, que levam a cultura preparando os nossos jovens para o presente e para o futuro. É sabido, nobre Presidente, que um professor, ao contrário do que alguns imaginam, o professor não trabalha só no momento que está na sala de aula não, ele tem que preparar prova, corrigir prova, preparar o que vai ensinar dentro da sala de aula. O professor convive com uma grande quantidade de alunos que se comportam bem, que respeitam o professor, mas de vez em quando aparece um “espírito de porco” por este caminho que inferniza, deixa o professor doente, com depressão. Tem professor que passa à base de antidepressivos. Não é fácil esta missão de educar, de ensinar, de preparar os nossos jovens!

Por isso é que entendemos que pagar bem o professor é um ótimo investimento para todas as autoridades, é investir, é uma despesa que tem que ser considerada como investimento, é um dinheiro muito bem aplicado quando se aplica pagando bem, equipando bem os nossos colégios. Daí a nossa solidariedade, o nosso apoio aos professores do Colégio Obedúlia Correia de Oliveira e a todos os demais professores que se encontram nesta mesma situação, lutando por estes mesmos direitos.

Ontem, Presidente, tivemos a honra de comparecer, junto com o Governador Roberto Requião; o Secretário do Meio Ambiente, Rasca; com o Presidente desta Casa, Nelson Justus; com vários Deputados; Prefeito; Vice-Prefeito; Vice-Governador, Orlando Pessuti; comparecemos a uma homenagem, em Almirante Tamandaré, à memória do saudoso Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury. Foi a inauguração do Parque Ambiental Deputado Aníbal Khury, em Almirante Tamandaré. Um dos mais importantes benefícios da construção do Parque Ambiental Aníbal Khury é exatamente a parte ambiental que o mundo luta tanto no sentido de fazer com que se respeite o meio ambiente, se preserve o meio ambiente. Ao transformar esta área, este grande terreno no grande parque, o Governador Roberto Requião evidentemente prestou um serviço garantindo a preservação dos remanescentes de florestas e principalmente dos mananciais, dos rios e também do aquífero existentes no local.

Concedo o aparte ao Deputado Strapasson, com muita honra, e V. Exa. é o Deputado que representa o município. Parabéns!

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Belinati, queria cumprimentá-lo por trazer à tribuna este momento especial, que tivemos a oportunidade de participar junto com o Governador, no domingo, para entregar, inaugurar o Parque Aníbal Khury, que é o maior parque urbano, creio, do Brasil.

Uma área de 102 alqueires que está sendo reservada, parte dela para preservação ambiental, com árvores nativas, e uma parte reflorestamento.

As obras até então implantadas vão receber também a Cavalaria Montada do Estado do Paraná. O que de certa forma abre um espaço não só de melhoria da condição de segurança para toda a região, já que toda a região vai ser patrulhada por cavaleiros permanentemente e, principalmente, espaço de lazer para a nossa comunidade da região metropolitana, de Almirante Tamandaré, onde investimentos dessa magnitude, de mais de R\$ 13 milhões do Governo do Estado, torna a região metropolitana a mais equilibrada na questão de parques de lazer e parques ambientais.

Quero parabenizar a V. Exa. e ao Governador Requião na oportunidade inaugurando, entregando a nossa comunidade esse belo presente para toda região metropolitana norte.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado. Acho que o único senão da cerimônia foi que V. Exa., o Deputado da área, não usou da palavra. Acho que foi falha do cerimonial.

O Parque Ambiental Aníbal Khury está localizado sobre a área de maior influência dos aquíferos cárceles. Tem 6 mil e 563 quilômetros quadrados de extensão e abrange os municípios de Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Campo Largo, Campo Magro, Bocaiúva e Rio Branco do Sul.

Dona Niva, a viúva do Aníbal Khury, esteve presente. Cálculo de 9 a 10 mil pessoas compareceram ontem pela manhã. Foi uma das maiores festas do Paraná, essa inauguração.

Ali estava em especial o nosso colega Deputado Alexandre Curi, que podemos sentir ao vivo, pessoalmente, como é amado pelo povo, pelas lideranças. Jovem e grande força, grande liderança política do Paraná, que é esse jovem Alexandre Curi. Tenho um respeito grande e fiquei emocionado de poder ver naquela multidão de 8 a 10 mil pessoas, tanta gente querendo abraçar o Deputado Alexandre Curi que ali representava toda a família do saudoso Aníbal Khury.

Com muita honra, Pastor Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Agradeço o aparte.

Não tive oportunidade de estar na inauguração, até porque estava em viagem a Brasília. Não presenciei a inauguração do parque, que desde 2005 venho questionando os critérios pelos quais finalizaram a consumação da aquisição dessas terras.

Mas a pergunta que faço a V. Exa., de forma bem fria e calculista: tudo que há no parque atualmente, justifica esse mega-investimento dos módicos R\$ 12 milhões e meio? Há equipamentos que justifiquem tudo isso?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não sou porta-voz do Governo, sou da Oposição. Mas evidente que o Governo vai dar essa outra explicação.

Quero lamentar a arbitragem no Campeonato Brasileiro de Futebol, deliberadamente para prejudicar o Coritiba e o Atlético. Não foi apenas em um jogo. Já teve Juiz aí que vendia resultado de jogo, não deve ser o caso que está acontecendo agora, mas cabe à CBF fazer uma investigação do porquê, deliberadamente, essa má atuação de Juizes que estão apitando e prejudicando o Coritiba e o Atlético.

A nossa crítica aos Deputados Federais, que estão em Brasília, que hoje ou amanhã vão se reunir de novo com esse maldito imposto do cheque.

Srs. Deputados em Brasília, trabalhem para o bem do povo, façam alguma coisa de útil para o povo. Não venham com mais imposto, não, porque isso vai acelerar a inflação e vai “ferrar”, vai prejudicar o já sofrido povo brasileiro. Chega de imposto!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rangel)

Tempo destinado ao Partido dos Trabalhadores. (Declina).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

(Assume a presidência o Deputado Nelson Justus)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inicialmente, comunicar que o Deputado Douglas Fabrício encontra-se em Campo Mourão, numa reunião com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso de pessoas com deficiência físico-motora. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 844/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os teatros, salas de cinema, cultura e casa de espetáculos e shows artísticos, estabelecidos no estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência físico-motora e obesa.

§ 1º Os assentos deverão estar situados em local de fácil acesso aos usuários portadores de deficiência, com mínima circulação de outras pessoas à sua frente, possibilitando melhor visibilidade e inexistência de interferência na visão dos espetáculos.

§ 2º Os lugares reservados para o cumprimento ao disposto nesta lei deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º Os estabelecimentos alcançados pela presente lei deverão, de igual forma, adaptarem-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º A adaptação referida no *caput* desse artigo consubstancia-se na instalação de rampas ou de elevadores, de portas cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas, de aparelhos sanitários apropriados para o uso de pessoas com deficiência, e na destinação de um local que possa acomodar os frequentadores que utilizam cadeira de rodas.

§ 2º Estarão desobrigados do cumprimento da presente lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta lei.

Art. 3º É concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, para que os estabelecimentos dispostos no *caput* do artigo 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente lei.

Parágrafo Único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta lei sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira autuação;

II - multa de 50 (cinquenta) UFIRs, ou índice superveniente, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a advertência;

III - multa de 200 (duzentos) UFIRs, ou índice superveniente, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - multa de 1.000 (mil) UFIRs por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista do inciso III.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila "C" - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 132/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila "C" - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 867/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que confeccionam carimbos, de exigirem documentos que atestem a veracidade das informações para a confecção de carimbos profissionais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/08, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 303/08, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto no âmbito do foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 159/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de utilidade pública o Instituto Tecnológico e Ambiental do Paraná - ITAPAR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação de Desportos de Deficientes Mentais - região Paraná - ARDEM, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM

EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/08, de 07/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 191/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública a Associação Regional de Desportos de Deficientes Mentais - região Paraná - ARDEM, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o presente projeto não menciona a sede e o foro da Associação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, para incluir as informações ausentes, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 191/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Desportos de Deficientes Mentais - região Paraná - ARDEM, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 194/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Vida e Solidariedade do Parque Industrial, com sede e foro no município de Umuarama.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1347 e 1348, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1349 a 1352, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1357, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1358, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, entendo que o pedido formulado pelo nobre Deputado Marcelo Rangel atende os pressupostos dos pedidos de informações previstos regimentalmente e nos dispositivos constitucionais. Apenas gostaria de solicitar ao autor que pudesse esclarecer um dos itens. No item nº 01, o autor pergunta quais são os sistemas de informatização utilizados pelo porto de Paranaguá e no item nº 02 pergunta: "Em relação ao painel sinótico, controlador dos shiploads, enviar as informações técnicas do referido equipamento". Bom, o que acontece?

Sabemos que todo o sistema de controle da APPA está informatizado, desde a folha de pessoal, dos recursos humanos, tanto nos sistemas que envolvem todo o controle em relação ao porto, ou seja, é um sistema complexo e temos um sistema inclusive de segurança internacional, que é exigido.

Então, nos parece que corremos o risco de não respondermos de forma objetiva o que o autor quer, até porque o primeiro item está muito amplo. Se o autor pudesse esclarecer, certamente facilitaria o trabalho de resposta.

Quero encaminhar favoravelmente, mas desde que o autor possa responder, de forma objetiva, essa indagação que faço aqui.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Estou fazendo uma solicitação de informações a respeito do sistema do painel sinótico. É apenas um computador que coordena, que comanda os shiploads do porto, as esteiras que levam os grãos aos navios. Portanto, queria saber qual é o sistema utilizado, qual é o tipo de aparelho que é utilizado no painel sinótico, a famosa caixa preta da Siemens que existe no porto de Paranaguá. São apenas alguns dados técnicos que precisamos ter aqui na Assembléia Legislativa, porque chegou até o meu gabinete uma denúncia que esse sistema está totalmente ultrapassado e inclusive suscetível a hackers e a terceiros que possam acessar e até mesmo modificar alguns dados importantes no abastecimento dos shiploads na APPA.

Era isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É isso, Sr. Presidente. Acho que está bem esclarecido pelo autor e encaminhamos favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 3, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 124, 621/07, 082, 160 e 171/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 159, 191, 194, 100, 130, 197 e 199/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do

Deputado Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Lei nºs 043/07, 042/08 de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Luiz Accorsi. Relator Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e oito reuniram-se na sala de reuniões das comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Ney Leprevost. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, convidando as pessoas presentes para ocuparem a mesa. A Sra. Graziela Pomile, da Secretaria de Saúde, que veio incumbida de explicar a esta Comissão sobre o projeto de criação de cargos e também a Sra. Elaine Rodela, do Sindicato que representa a classe. O objetivo da reunião é debater sobre o Projeto de Lei nº 097/08. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Fabíola Fedeger, Secretária desta Comissão.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
Fabíola Fedeger - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi, Dr. Batista e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação

- APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 168/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 168/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 621/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 621/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 119/08, de autoria do Deputado Plauto Miró. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 162/08, de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 174/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. CONCEDIDO VISTAS a todos os Deputados presentes. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 137/08 e 216/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 137/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 216/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 151/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 181/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 183/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 176/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 187/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 185/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

